

Infra-estrutura também divide governo

Discussão das regras está nos estágios iniciais e já provoca duros debates internos

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A área econômica do governo tem um cesto de abacaxis para descascar este ano na infraestrutura, uma área crucial para determinar investimentos de valores elevados e de longo prazo. Regras para o funcionamento de áreas como energia elétrica, saneamento, transportes e gás natural estão nos estágios iniciais de discussão e já têm rendido debates duros dentro do governo. “É uma espinhosa tarefa”, admitiu ao **Estado** o secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, José Tavares de Araújo. “O governo precisa tomar decisões importantes nessa área e o nosso objetivo é esclarecer os problemas do ponto de vista técnico.” A Fazenda tem trabalhado em estreita colaboração com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que está elaborando estudos nas áreas mais críticas da regulação. “Dessa forma, evitamos que a

questão se politize antes de ser aprofundada analiticamente.” A importância da regulação dos serviços para atração de investimentos será tema de um seminário que o Ipea promove em março. O encontro reunirá especialistas e acadêmicos e faz parte de uma ofensiva em que toda a área econômica do governo está empenhada: criar um ambiente amigável ao investimento ainda no primeiro semestre, para que resultados concretos surjam ainda este ano. “Dá para apostar que, no segundo semestre, estaremos verificando decisões de investimento no Brasil de firmas importantes”, disse o economista do Ipea João Roberto De Negri.

Como têm por função subsidiar os debates, as conclusões e sugestões do Ipea não necessariamente são encampadas pelo governo. O exemplo mais recente é o setor de saneamento. O estudo “Questões Regulatórias do Setor de Saneamento no Brasil”, elaborado pelo coordenador de Regulação do Ipea, Ro-

naldo Seroa da Motta, concluiu que os Estados, atuais responsáveis pelos serviços na maior parte do País, saem-se pior como administradores do que os municípios e do que as empresas privadas.

A média salarial nas empresas estaduais é de R\$ 33.648 por ano, enquanto nas municipais é de R\$ 12.576. Nem por isso, elas são mais eficientes. Só esse diagnóstico já seria suficiente para irritar alguns governadores. Agora, o Ipea está investigando mais a fundo as causas da maior eficiência das empresas municipais, em comparação com as estaduais. Um palpi-

te de Motta: nos municípios, o controle social é maior. Esses estudos ajudarão o governo a formar uma opinião sobre como dar um impulso ao saneamento no País. O tema é prioridade tanto na área econômica quanto na social.

Além do saneamento, o Ipea já fez estudos sobre o setor elétrico e sobre o transporte aéreo. O primeiro rendeu um entreve-

ro com a ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, no ano passado. Para debater as conclusões do estudo, foi promovida uma reunião na sede do Ipea, no Rio de Janeiro. O modelo então em elaboração pelo Ministério de Minas e Energia, que pressupõe uma forte participação do Estado como organizador do setor, tinha poucos defensores na mesa. A maioria dos especialistas era de linha mais liberal.

A reunião era fechada, mas seu teor “vazou” para a imprensa. Ficou a versão que o modelo de Dilma teria sido “demolido” por Tavares e pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Marcos Lisboa. Na época, ambos negaram que a discussão tivesse ocorrido nesse tom de confronto. Ela teria sido nada além do programado: um debate. De fato, o modelo que prevaleceu como proposta do governo e que foi encaminhado para análise no Congresso prevê maior presença do governo como ordenador do mercado. O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, declarou que “procedem” avaliações de que o modelo é estatizante. (Colaboraram Renato Andrade, Sheila D’Amorim e José Ramos)

META É
ATRAIR
RECURSOS
PARA SETOR